

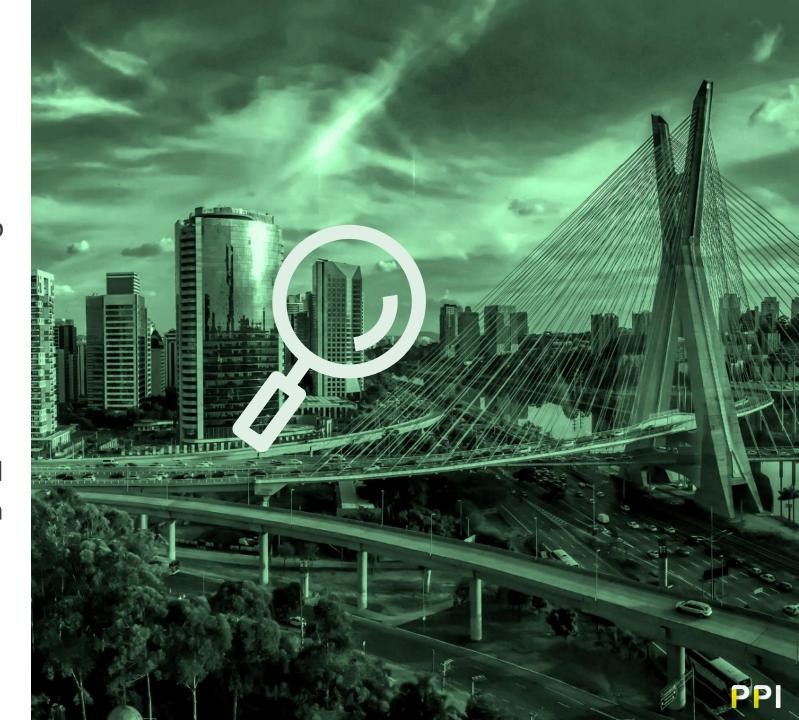
A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA

 Em que estágio a competitividade do Brasil realmente se encontra?

Como os investidores avaliam o País?

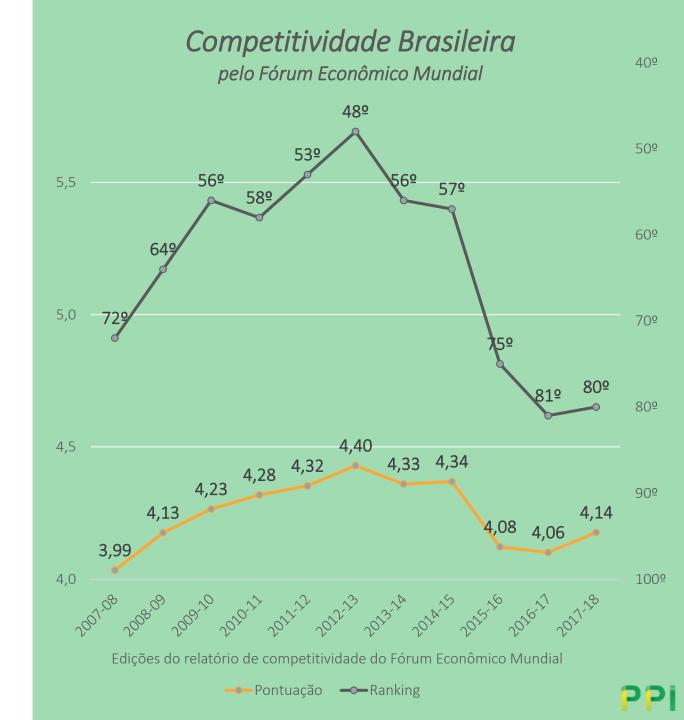
 Como está a infraestrutura nacional se comparada com os países da América Latina e Caribe?

• E com os parceiros dos **BRICS**?



A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA

- Em recente publicação do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupou a 80º posição no ranking da competitividade global, entre 137 países avaliados.
- O Brasil está atrás de países da América Latina e Caribe como: Chile (33º), Costa Rica (47º), Panamá (50º), México (51º), Colômbia (66º), Jamaica (70º), Peru (72º) e Uruguai (76º).
- Nas últimas avaliações, o País teve uma queda de 32 posições em relação aos outros países.



A Infraestrutura Brasileira em relação à América Latina e Caribe

- No quesito "qualidade geral da infraestrutura", o Brasil se encontra na 108º posição, abaixo da média das avaliações dos países da América Latina e Caribe.
- O melhor é o Chile, que ocupa a 35ª posição, e o pior é o Haiti, que está na 134ª entre 137 países.

QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA	M ELHOR GLOBAL	MELHOR DA AMÉRICA LATINA E CARIBE	Brasil Ranking	PIOR DA AMÉRICA LATINA E CARIBE
Geral	Suíça	Chile (35º)	Brasil (108º)	Haiti (134º)
Rodoviária	Emirados árabes	Chile (24º)	Brasil (103º)	Haiti (135º)
Ferroviária	Suíça	Panamá (24º)	Brasil (88º)	Uruguai (100º)
Portuária	Holanda	Panamá (6º)	Brasil (106º)	Haiti (124º)
Aeroportuária	Singapura	Panamá (11º)	Brasil (95º)	Paraguai (132º)

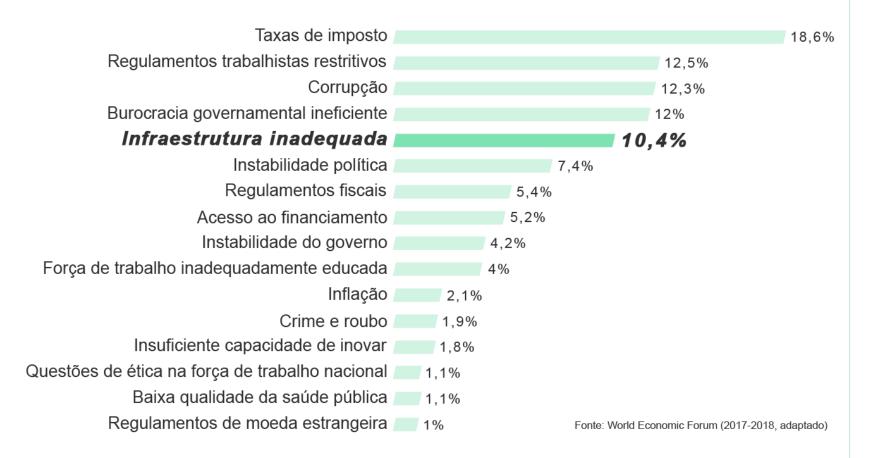


A Infraestrutura Brasileira em Relação aos BRICS

Defora	Qualidade da Infraestrutura					
Países	GERAL	RODOVIÁRIA	FERROVIÁRIA	PORTUÁRIA	A ERO- PORTUÁRIA	
Índia	46	55	28	47	61	
China	47	42	17	49	45	
África do Sul	72	50	47	37	25	
Rússia	74	114	23	66	59	
Brasil	108	103	88	106	95	

- Em relação aos BRICS, a situação é ainda pior: o Brasil ocupa a última posição.
- Superou apenas a Rússia na qualidade da infraestrutura rodoviária, mas perdeu no cômputo da avaliação geral.

PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA SE FAZER NEGÓCIOS NO BRASIL



O Fórum Econômico Mundial também avaliou o ambiente de negócios por meio de pesquisa sobre os fatores mais problemáticos em cada país.

No Brasil, a *infraestrutura inadequada* está entre os cinco maiores problemas.



PANORAMA DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Ausência de uma carteira de bons projetos

Baixa qualidade dos estudos de viabilidade

Falta de padronização nos contratos

Falta de planejamento integrado

Baixo crescimento econômico

Necessidade de Geração de renda

Urgência na criação de emprego

Baixa credibilidade do País

Déficit primário

Recursos orçamentários insuficientes

Dificuldade de atração de capital

Investimento insuficiente





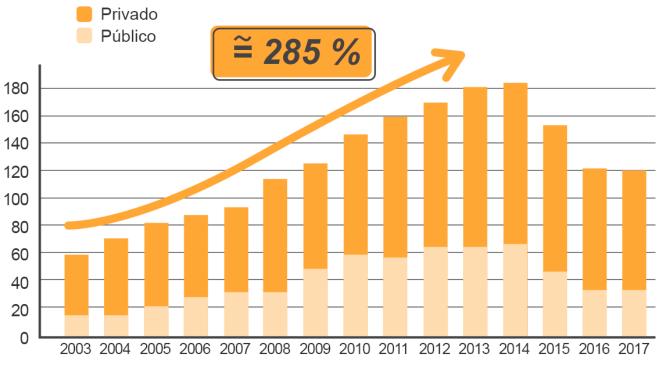


DESAFIOS

A estratégia do governo vem sendo de **estimular a parceria com a iniciativa privada**

É nesse contexto que se insere o *Programa de Parcerias de Investimentos*

Participação da **iniciativa Privada** e do **Setor Público** em Infraestrutura



Fonte: Valor Econômico (2018)



ESTRUTURA DO PPI — NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL

Presidência da República

Secretaria de Governo da Presidência da República

Conselho do PPI

Secretaria Especial do PPI



O QUE É O CONSELHO DO PPI?

O Conselho do PPI (CPPI) é o órgão colegiado que avalia e recomenda ao presidente da República os projetos que integrarão o Programa, decidindo sobre a execução dos contratos de parcerias e desestatizações.

O CPPI exerce as funções de **Órgão**Gestor de Parcerias PúblicoPrivadas Federais, do Conselho
Nacional de Desestatização (CND) e
do Conselho Nacional de Integração
de Políticas de Transporte (CONIT).

A estrutura de governança do PPI (CPPI e Secretaria Especial) atua na identificação, priorização, coordenação e oferta de projetos economicamente factíveis à iniciativa privada.



COMPÕEM O CPPI

O Secretário Especial do PPI atua como Secretário-Executivo do CPPI.

- O Presidente da República
- Os Ministros:
 - da Secretaria de Governo;
 - da Casa Civil;
 - da Economia;
 - da Infraestrutura;
 - de Minas e Energia;
 - do Meio Ambiente;
 - do Desenvolvimento Regional

- Os Presidentes:
 - Do BNDES
 - Da Caixa Econômica Federal
 - Do Banco do Brasil

O QUE É A SECRETARIA ESPECIAL DO PPI?

- A Secretaria Especial do PPI (SPPI) funciona como um articulador interno que atua em apoio aos Ministérios e às agências reguladoras para a execução das atividades do Programa.
- É um **órgão de**:

governança coordenação monitoramento avaliação supervisão

- Um dos eixos da SPPI é estabelecer um canal que seja um primeiro ponto de contato com os investidores, para tornar mais transparente, fácil e eficiente o conhecimento das oportunidades.
- O diálogo com investidores é fundamental para retroalimentar o processo de contratação de parcerias e aperfeiçoar o Programa.



EQUIPE DO PPI

45 pessoas

32 técnicos

13 back-office

Média de idade

43 anos

Áreas

19 engenheiros 5 advogados 3 admin. 2 economistas 3 relações int.

Formação

1 pós-doutor 5 doutores 3 doutorandos 12 mestres 13 especialistas



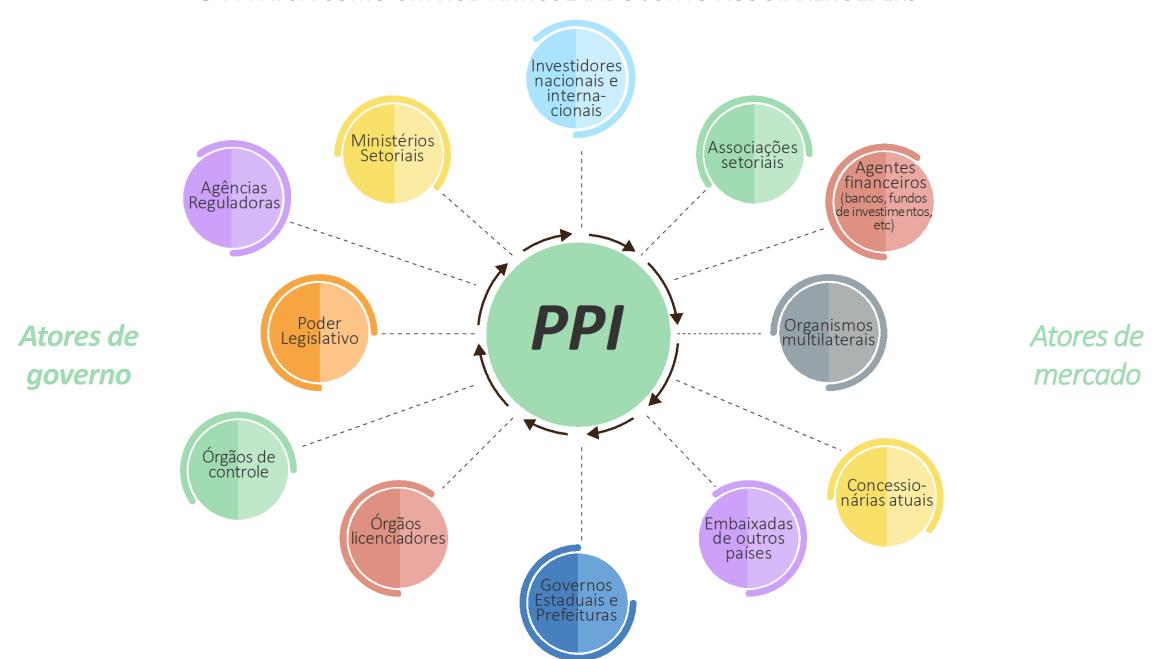








O PPI ATUA COMO UM *HUB* ARTICULANDO JUNTO AOS *STAKEHOLDERS*





LINHAS DE ATUAÇÃO DA SPPI

- 1. O Diálogo e a Transparência: agentes públicos, órgãos de controle e Mercado (investidores).
- 2. A Gestão de Riscos e Supervisão dos Projetos: acompanhamento da evolução do processo de contratação, monitoramento da carteira e cronograma transparente e pré-definido.
- 3. O Aprimoramento Técnico: projetos robustos, investimentos compatíveis com demanda, cronograma unificado, consulta pública obrigatória e efetiva, contratos autossustentáveis, certificação acreditada.
- 4. O Aprimoramento Jurídico-Regulatório (Segurança jurídica): arbitragem legalmente admitida, construção de matriz de repartição de risco robusta e coerente, consulta prévia obrigatória, prazo de 100 dias, edital em inglês.
- 5. O Resgate da Visão de Longo Prazo (Previsibilidade): Planos Setoriais e Plano Integrado de Investimentos em Infraestrutura.





PPI EM NÚMEROS

Projetos qualificados

193

Investimentos contratados

R\$ 260,2 bilhões

Projetos concluídos

147

Outorgas/bônus

R\$ 54,1 bilhões



147 PROJETOS CONCLUÍDOS

Energia - 94



82 em Transmissão

5 em Geração

- 4 concessões UHE
- •1 prorrogação PCH

7 em Distribuição (desestatização CELG-D e Companhias de Energia do Amazonas, Piauí, Acre, Rondônia, Roraima e Alagoas)

Rodovias - 1



1 Licitações

Aeroportos - 16



16 concessões

Portos - 27



- 15 Concessões
- 9 Renovações antecipadas
- 3 cessões onerosas

Óleo e Gás - 7



4ª Rodada de Acumulações de Campos Marginais

14ª e 15ª Rodadas de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás

2ª, 3ª, 4ª, 5ª Rodadas de Partilha de Produção

CASEMG - 1



1 desestatização

Ferrovia - 1



1 Licitação



PPI NO MUNDO

Dos 147 projetos concluídos, **55** tiveram empresas *vencedoras estrangeiras* ou **em consórcio** com empresas brasileiras.

Brasil China França Espanha Itália Noruega Qatar Suíça

Portugal Austrália Índia Alemanha Estados Unidos Reino Unido Bermudas Colômbia





- R\$ 223 bi (85,7%) tiveram empresas vencedoras estrangeiras ou em consórcio com empresas nacionais.
 - R\$ 186,5 bi (71,7%) representa o total da participação estrangeira.



46 PROJETOS CONFIRMADOS PARA CONTINUIDADE

PREVISÃO DE INVESTIMENTO: MAIS R\$ 108,9 BILHÕES



Ferrovias - 11

5 Renovações

2 Concessões

4 Investimentos cruzados



Portos - 11

9 arrendamentos

2 autorizações de investimentos



Energia - 2

Geração: 1 Prorrogação Desestatização:

• 1 Eletrobrás



Óleo e Gás - 1

1 Oferta Permanente



Mineração - 4

4 Concessões de exploração de Direitos Minerários



Aeroportos - 5

1 Concessão4 Alienações



Rodovias - 8

4 Licitações 4 Estudos



COMAER - 1

1 Concessão Administrativa (PPP)



LOTEX - 1

1 Concessão Direito de Exploração



Casa da Moeda - 1

1 Desestatização



Abastecimento - 1

1 Desestatização CFASAMINAS



TODOS PROJETOS PREVISTOS NOS 100 PRIMEIROS DIAS ENTREGUES

META CUMPRIDA-PREVISIBILIDADE!

		Setor	Empreendimento	Modalidade	Investimento (R\$)	Outorga (R\$))
		Ferrovias (1)	Ferrovia Norte-Sul (FNS) SP/MG/GO/TO	Subconcessão	2,72 Bi	2,72 Bi	Leilão realizado em 28/março/19
		Aeroportos (12)	Bloco NE, Bloco CO e Sudeste	Concessão em blocos	3,52 Bi	4,3 Bi	Leilão realizado em 15/março/19
<u>-</u>		Terminais Portuários (10)	3 Terminais em Cabedelo/PB (AE10, AE11 e Al01), 5 em Miramar/PA (Bel 02A, 02B, 04, 08, 09), 1 em Vila do Conde/PA (VDC 12) e 1 em Vitória/ES (TGL)	Arrendamento	0,63 Bi	0,67 Bi	Leilão de 4 terminais realizado em 22/março/19 Leilão de 6 terminais realizado em
			(VDC 12) e 1 em Vitoria/L3 (IGL)				05/abril/19



CARTEIRA RENOVADA + 59 PROJETOS EM 08/05/2019 ATUALMENTE, 101 PROJETOS ESTÃO EM ANDAMENTO



Ferrovias - 11

5 Renovações2 Concessões4 Investimentoscruzados



Portos e Hidrovias - 20

Terminais Portuários

- 14 arrendamentos
- 2 autorizações de investimentos
 - 2 Desestatização
 - 1 Estudo

Hidrovia

- 1 Licenciamento



Energia - 16

- 2 Geração
- 10 Lotes Transmissão
- 1 Desestatização
- 1 Licenciamento
- 2 Comercialização



Óleo e Gás - 4

- 5ª rodada Acumulações Marginais
- 6º rodada de partilha
- 16ª rodada de concessão
- Cessão Onerosa



Mineração - 4

4 Concessões de exploração de Direitos
Minerários



Desenvolvimento Regional - 3

- 1 Infraestrutura Hídrica 2 Desestatizações:
- CBTU
- TRENSURB



Aeroportos - 22

22 Concessões:

- Bloco Sul (9)
- Bloco Norte I (7)
- Bloco Central (6)



Rodovias - 17

10 Concessões

2 Estudos

5 Licenciamentos



Defesa - 1

1 Concessão Administrativa (PPP) - COMAER



LOTEX - 1

1 Concessão Direito de Exploração



Casa da Moeda - 1

1 Desestatização



Abastecimento - 1

1 Desestatização CFASAMINAS



Política Pública - 2

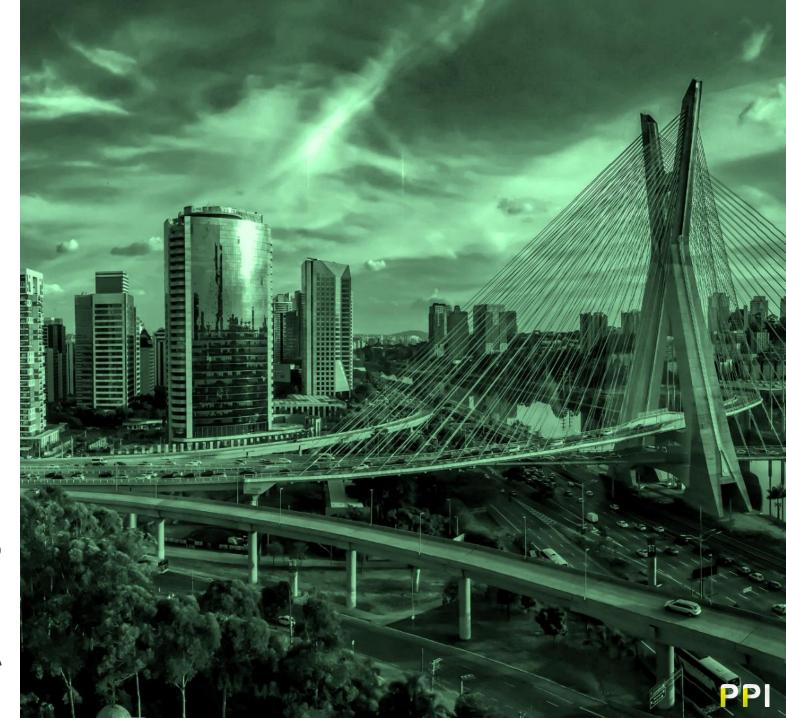
Estruturação de projetos de infraestrutura por meio de parcerias

- Nacionais
- Subnacionais



FOMENTO A PARCERIAS DE ENTES SUBNACIONAIS

- DIAGNÓSTICO
- PROPOSTA DE ATUAÇÃO FEDERAL
- O FUNDO DE APOIO FEP
 - Estrutura legal
 - Funcionamento
 - Serviços prestados
 - Valores contratuais
 - Riscos e condições de reembolso
 - Carteira de projetos e situação orçamentária-financeira
- INICIATIVAS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CONCESSÕES



DIAGNÓSTICO

Municípios relatam dificuldades na estruturação e desenvolvimento de projetos como um dos principais entraves para realização de parcerias:

- Recursos fiscais limitados;
- Ausência de quadros técnicos especializados;
- Dificuldades para realizar a contratação e orientar os estudos e projetos;
- Limitação da capacidade de análise dos estudos realizados; e
- Dificuldade de convencer os tomadores de decisão e de comunicar os benefícios das parcerias à sociedade.

Baixo volume de contratos de PPP assinados:



Fonte: Sumário Radar PPP, 2017



PROPOSTA DE ATUAÇÃO

Apoio técnico e financeiro do Governo Federal para estruturação de Concessões/PPP de entes subnacionais

Eixos de Apoio

- Assistência Técnica e Financeira FEP;
- Regulação de Contratos;
- Padronização de Documentos;
- Capacitação Técnica;
- Simplificação Legislativa;
- Financiamento; e
- Garantias Públicas.





FEP — ESTRUTURA LEGAL

Objetivo: Realizar apoio técnico desde a contratação dos estudos preliminares até a realização da licitação

Lei nº 13.529/2017

- Fundo privado, sob regime de cotas, de aquisição por PJ ou PF de direito público ou privado e administrado por instituição financeira federal
- Finalidade: financiar serviços técnicos de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de Concessão/PPP de todos os entes
- Autoriza União a participar de fundo até o limite de R\$ 180 milhões
- MP 868/2018: ampliação da atuação e exclusão do limite de recursos da União

Decreto nº 9.217/2017

- Estabelece CAIXA como administradora
- Autoriza integralização de cotas pela União
- Define:
 - Composição Conselho do FEP: SEGOV (coordenador), Casa Civil, MDR e ME
 - SPPI como secretaria-executiva
 - Competências: orientar participação da União; examinar estatuto; acompanhar, avaliar e propor medidas por resoluções.



FEP — SERVIÇOS

O ente público contrata o FEP, mediante dispensa de licitação, para a prestação de dois serviços:

Consultoria externa, contratada pela CAIXA

- Diagnóstico operacional, fiscal e legal
- Estruturação do projeto EVTEA
- Apoio técnico ao ente para validação externa audiência e consulta públicas e atendimento às interposições de órgãos de controle
- Apoio técnico à Comissão de Licitação

Assessoramento técnico, realizado pela CAIXA

- Interlocução entre consultoria e ente
- Orientação técnica à consultoria
- Recebimento preliminar, validação e submissão dos produtos ao ente
- Assessoramento ao ente na interlocução com órgãos ambientais, Câmara de Vereadores e órgãos de controle
- Plano de comunicação social
- Suporte na consulta e na audiência pública
- Suporte à Comissão de Licitação
- Realização de "Road Show"
- Assessoramento nas demais atividades necessárias à contratação da concessão



FEP — VALORES CONTRATUAIS

Contrato FEP x Município

Preços

- Valor total estimado:
 - Valor consultoria técnica limite máximo baseado em pesquisa de mercado realizada pela CAIXA, sujeito à variação do pregão

+

- Valor assessoramento CAIXA aprovados pelo CFEP, com base em proposta técnica do banco, de acordo com faixa de porte populacional e com setor
- Setores com contratações em andamento:

Valor total estimado – R\$ milhões					
100 mil< Pop< 200 mil Pop > 200 mi					
Esgotamento	2,9	3,8			
IP	2,5	3,1			

Divisão de custos

- Contrapartida do ente: 10% do valor total pagamento é condição de eficácia do contrato (até 45+45 dias da assinatura)
- Custo FEP: 90% do valor total possibilidade de compartilhamento com parceiro internacional/multilateral



FEP — RISCOS E REEMBOLSO

Reembolso pelo Licitante Vencedor:

- 1 Total dos custos incorridos corrigidos pela SELIC
 - 2 Adicional de 10% (remuneração do fundo)
 - 3 R\$ 104 mil (custos administrativos) *

Reembolso pelo ente (parcelas 1 e 3)

- Desistência / vencimento de prazos contratuais
- Alteração unilateral de escopo
- Fornecimento de dados errados
- Ausência de lei autorizativa da concessão
- Outras situações que resultem em insucesso, quando o ente der causa
- Publicação de edital sem cláusula de reembolso pelo licitante vencedor (neste caso, reembolso das parcelas 1,2 e 3)

Risco do FEP/ parceiro internacional

- Desistência por inviabilidade
- Insucesso na licitação
- Determinação de órgãos de controle

Risco compartilhado entre ente (50%) e FEP/parceiro internacional (50%)

Indeferimento de licença prévia ambiental





SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

Total acumulado até 2018

R\$ 110 milhões empenhados R\$ 60 milhões de recursos integralizados

Disponível para 2019

R\$ 50 milhões RAP + R\$ 74,5 milhões LOA

Comprometimento

R\$ 21,3 milhões — 5 projetos pilotos contratados R\$ 9,5 milhões — chamamento esgotamento R\$ 24, 5 milhões — chamamento IP R\$ 4,7 milhões para administração CAIXA Total: R\$ 60 milhões CARTEIRA FEP: 20 PROJETOS ATIVOS

Pilotos de Resíduos Sólidos Urbanos - 5

Contratos FEP x Municípios assinados Consultorias contratadas Estudos em execução

Chamamento de Esgotamento Sanitário - 1

Contrato FEP x Município assinado Consultoria em licitação

Chamamento de Iluminação Pública - 14

9 Contratos FEP x Municípios assinados5 Municípios convocadosConsultorias em licitação

Lista de projetos

Lista projetos							
Tipo	UF	Contratante	Valor contrato FEP x Município - R\$ milhões*	Situação da contratação Município	Situação - consultoria	% executado	
Piloto - RSU	SP	Bauru	3,8	Contratado	Em execução	20	
Piloto - RSU	CE	Estado Ceará	6,7	Contratado	Em execução	0	
Piloto - RSU	MG	Consórcio CONVALE	7,4	Contratado	Em execução	20	
Piloto - RSU	PI	Teresina	4,2	Contratado	Em execução	20	
Piloto - RSU	GO	São Simão	4,1	Contratado	Em execução	20	
IP	PA	Belém	3,1	Contratado	Em contratação	0	
IP	SP	Franco da Rocha	2,5	Contratado	Em contratação	0	
IP	ES	Cachoeiro de Itapemirim	3,1	Contratado	Em contratação	0	
IP	RS	Sapucaia do Sul	2,5	Contratado	Em contratação	0	
IP	SE	Aracaju	3,1	Contratado	Em contratação	0	
IP	SP	Campinas	3,1	Contratado	Em contratação	0	
IP	ВА	Feira de Santana	3,1	Contratado	Em contratação	0	
IP	ВА	Camaçari	3,1	Contratado	Em contratação	0	
IP	PR	Toledo	2,5	Contratado	Em contratação	0	
IP	RJ	Queimados	2,5	Convocado	Em contratação	0	
IP	MS	Corumbá	2,5	Convocado	Em contratação	0	
IP	RS	Santa Maria	3,1	Convocado	Em contratação	0	
IP	MG	Teófilo Otoni	2,5	Convocado	Em contratação	0	
IP	RS	Alvorada	3,1	Convocado	Em contratação	0	
Esgotamento	CE	Crato	2,9	Contratado	Em contratação	0	

^{*} Valor assessoramento CAIXA + Valor estimado de contratação da consultoria



PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Transferir tecnologia e conhecimento para as equipes CAIXA nas áreas temáticas por acordos de cooperação técnica



Iluminação Pública:

- Cofinanciamento

Esgotamento Sanitário:

- Cofinanciamento



Resíduos Sólidos:

- Cofinanciamento
- Capacitação
- Modelo Regulatório



APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

Iniciativas de apoio à implementação das concessões

Regulação de contratos

- **DIAGNÓSTICO:** A regulação para a prestação de serviços de RSU é ainda incipiente a maior parte dos municípios presta tal serviço público de maneira direta e sem a cobrança de recursos específicos
- OBJETIVO: construção de modelo regulatório de RSU
- Acordo de cooperação técnica MP/ABAR assinado em 03/2018
- AFD e Expertise France contrataram o projeto em 10/2018
- Previsão de conclusão: 07/2019
- MDR, ABAR e SEGOV acompanham o desenvolvimento dos estudos

Padronização de documentos

- DIAGNÓSTICO: Falta de referências públicas e experiências envolvendo todo o processo de modelagem da prestação dos serviços e de estruturação e desenvolvimento de projetos de concessões
- OBJETIVO: desenvolver um conjunto de documentos de referência, compondo um Manual Orientativo, com a finalidade de orientar estudos de modelagem da prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de RSU, tendo em vista sua concessão
- TR finalizado pelo consultor contratado por meio do INTERÁGUAS
- Pendente contratação



APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

Iniciativas de apoio à implementação das concessões

Capacitação técnica

- **DIAGNÓSTICO:** Dificuldades na estruturação e desenvolvimento de projetos como um dos principais entraves na realização de parcerias. Baixo nível de conhecimento técnico dos entes subnacionais.
- OBJETIVO: Governo Federal e a CAIXA estão trabalhando em uma agenda de capacitação para a formação continuada de agentes públicos, em todas as esferas de governo.
- A proposta envolve cursos à distância e presencial em módulos de conhecimento, de forma a permitir atingir um público amplo e de alcance nacional, no intuito de promover a capacitação permanente e de largo alcance.
- Parceria MDR e GIZ para capacitação dos pilotos

Simplificação legislativa

- **DIAGNÓSTICO:** Dificuldade de aplicar o arcabouço legal vigente para concessões e PPPs de pequeno montante, que não são comuns no Brasil
- OBJETIVO: estudar a legislação brasileira e comparada com as de outros países, jurisprudência e doutrina nacional para o tema, focando nas concessões e PPPs de pequeno porte. Busca-se, com isso, avaliar o arcabouço legal, sua aplicação e controle e comparálo com as melhores práticas mundiais. Tal estudo poderá, inclusive, apontar propostas para simplificação regulatória e legal para concessões e PPPs de pequeno porte.
- Cooperação entre o Governo Federal e o BID em andamento



APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

Iniciativas de apoio à implementação das concessões

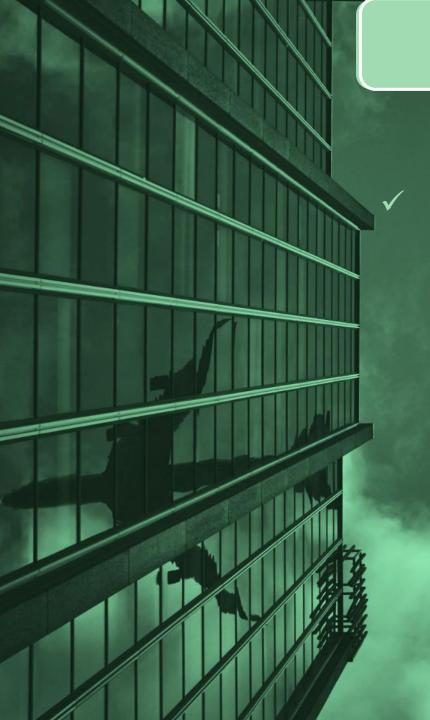
Financiamento

- DIAGNÓSTICO: Viabilizar projetos de concessões e PPP, tendo o financiamento para investimento em infraestrutura acessível às sociedades de propósito específico dos serviços concedidos.
- OBJETIVO: Diversificação de fontes de financiamento
- Em formulação iniciativas com o Banco Mundial, tendo bancos federais como intermediários financeiros, para estruturação do mercado de infraestrutura energética, com a finalidade de oferecer estrutura financeira para otimizar o acesso das concessionárias aos recursos de crédito
- Em estudo alternativas para utilização de fundos financeiros administrados pela União para incrementar a oferta de recursos de crédito para o setor de iluminação pública

Garantias

- DIAGNÓSTICO: A estruturação de garantias em projetos de concessões e parcerias público-privadas é uma etapa crítica do processo de modelagem econômico-financeira.
- OBJETIVO: Conceder garantias perante riscos não cobertos pelo mercado por meio do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE
- ABGF contratou a primeira operação para cobertura de PPP municipal de resíduos sólidos urbanos em 2018





OBRIGADO

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO Secretário de Coordenação de Obras Estratégicas e Fomento



E-mail: fomento.SPPI@presidencia.gov.br

Tel.: +55 61 3411-6415